

## TRABALHO, SAÚDE E A LUTA DOCENTE: O QUE FAZER?

Prof. Dr. Regis Eduardo Coelho Argüelles da Costa<sup>1</sup>

Prof. Dr. Rodrigo Lamosa<sup>2</sup>

### Introdução

Este dossiê tem por objetivo reunir um conjunto de artigos cujo autores se debruçaram sobre a relação entre as condições e processos de trabalho e a saúde dos docentes, identificando as formas e espectros deste adoecimento, as maneiras como o sofrimento psíquico vem sendo gerido no interior dos sistemas públicos de ensino e as formas de resistência, individuais e coletivas, vêm sendo empreendidas por professoras, professores e seus coletivos, sindicatos e movimentos. O “mal-estar docente”, conceito importante nos trabalhos que estruturam este dossiê, deriva da natureza da atividade laboral em determinadas condições em que se realiza. É parte estruturante da prática social dos trabalhadores no modo de produção capitalista. Como escreveu um poeta nos muros chilenos: “No era depresión! Era Capitalismo!”.

Espera-se com este dossiê contribuir com os debates que permeiam não apenas a universidade, mas o conjunto da sociedade e, destacadamente, as organizações dos trabalhadores: sindicatos, partidos e movimentos sociais. A necessidade de organizar um dossiê com esta temática se origina, por um lado, dos esforços que mobilizam um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores reunidos em grupos de pesquisa, mas, sobretudo, pela realidade enfrentada por milhões de trabalhadoras e trabalhadores no interior das escolas públicas e privadas, bem como nas universidades.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação (2016) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Políticas Públicas). Professor Adjunto de Ciência Política e Educação e Política da Educação no Brasil do Departamento de Fundamentos Pedagógicos da FEUFF (campus Gragoatá) – Niterói/RJ – Brasil. E-mail: rarguelles@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e coordenador do Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE).

A iniciativa de organizar esta coletânea de artigos, portanto, se investe da determinação em colaborar com os debates que alimentam a luta e a resistência docente.

### **1. Trabalho docente e a subsunção ao Capital: alienação e adoecimento**

As alterações produzidas no interior dos sistemas educacionais no mundo e, particularmente, no Brasil têm evidenciado ainda mais a correlação entre trabalho e saúde docente no sentido da ampliação e radicalização do mal-estar. As contrarreformas educacionais, em curso desde os anos 1980, propõem aos sistemas de ensino e às instituições escolares que os mesmos sejam incluídos como parte fundamental da formação de novos sujeitos adaptados às novas condições impostas por uma nova forma de gerir o trabalho e a própria condição de existência do futuro trabalhador, transformado em “empresa de si mesmo” (LAVAL, 2019). Aqui é importante notar que o trabalho docente não escapa às mudanças produzidas no âmbito do mundo do trabalho. Ao contrário, o trabalho docente, bem como o mundo do trabalho em geral, também sofre uma profunda metamorfose. Mas o que muda na natureza do trabalho docente?

Nos últimos anos um conjunto de pesquisas vêm tentando responder a questão. Não cabe no escopo deste texto realizar uma revisão desta literatura. Mas registramos aqui que a raiz da alteração da natureza do trabalho docente nos últimos anos reside na mudança do caráter desta atividade. O trabalho docente é uma atividade intelectual, inserida no âmbito do trabalho imaterial (Santos, 2023), que se caracterizou por todo século XX pelo planejamento, realização da sequência didática e avaliação em um processo de mediação entre o conhecimento científico e o desafio de ensinar por meio daquilo que se define como conhecimento escolar. Nas últimas décadas, entretanto, verifica-se um processo cada vez mais intenso de cisão entre o “pensar” e o “fazer” pedagógico, a partir do qual atividades como planejamento, elaboração das sequências didáticas e avaliação são realizada por organizações externas às escolas (MIRANDA, 2017).

O desdobramento fundamental deste processo é a alienação e, a partir desta, uma mudança fundamental que constitui o “Mal-estar docente” nos dias atuais. O sofrimento aqui é compreendido como categoria que social e historicamente assume a expressão das contradições que emergem da luta de classes. A compreensão deste processo é tão fundamental, quanto a compreensão das estratégias utilizadas no âmbito no neoliberalismo para gerir e encapsular o sofrimento por meio de uma indústria de diagnósticos e remédios (SAFATLE, V., 2021). Não cabe aqui, contudo, uma batalha contra o uso de substâncias que

podem melhorar a vida. Entretanto, é fundamental afirmar que a luta pela saúde mental é, antes de tudo, a luta pela vida e que o sofrimento pode ser compreendido como resistência e inadequação aos modos dominantes de organização da nossa existência.

A relação entre trabalho e saúde das trabalhadoras e trabalhadores tem sido analisada por um amplo conjunto de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento (educação, sociologia, psicologia, por exemplo). Na pesquisa realizada pelo LIEPE, que contou com a resposta de 1.369 professores de diversas redes de ensino do estado do Rio de Janeiro, 67,3% dos professores informaram apresentar quadros de estresse e 33,7% de depressão. Além desses, aparecem também insônia com 39% de respostas, problemas psicológicos com 35% e síndrome do pensamento acelerado com 23,9%. Já em relação ao padrão de uso de medicamentos, 48,6% dos professores fazem uso contínuo de medicamentos por prescrição médica e 3,9% por automedicação. Há também 21,4% dos professores fazendo uso esporádico de medicamento por prescrição médica e 8,5% por automedicação. É necessário destacar ainda alguns aspectos relevantes: a) 56,1% dos docentes já tiraram licença médica; b) 29% tiraram mais de quatro licenças médicas; c) 41,9% tiraram mais de quarenta dias de licença médica; d) 61,2% se sentem adoecidos pelo trabalho.

A pesquisa realizou também um conjunto de três questões que perguntam: a) “quais situações impactam a sua saúde enquanto docente?”; b) “Quais sintomas de mal-estar e/ou adoecimento você tem experimentado ou já experimentou enquanto docente?”; c) “Quais doenças ou distúrbios afetam ou já afetaram sua saúde?”. Destacaremos neste texto os cinco itens com o maior número de respostas, lembrando que estes ainda são resultados iniciais. Entre as situações que impactam a saúde foram assinaladas: atividades não valorizadas (71,5%), dificuldade de motivação dos alunos (67,5%), dificuldade de aprendizagem dos alunos (64,1%), falta de material pedagógico (50,7%) e relação de número de alunos por professores (50,6%). Nesta pergunta destaca-se também o assédio moral (42,1%). Entre os sintomas do mal-estar e/ou adoecimento as respostas mais destacadas foram: cansaço ou fadiga (91,8%), ansiedade (79,9%), dor de cabeça (63,7%), problemas de voz (55,8%) e problemas de concentração (54,8%). Entre as doenças e distúrbios que afetam a saúde de professoras e professores: estresse (65,9%), resfriados (40,9%), insônia (38%), alergia a pó (37,4%) e problemas de voz (35,6%). Neste ponto destaca-se ainda “problemas psicológicos” (34,1%).

Não é o propósito deste artigo uma compreensão positivista destes resultados. Os desafios na pesquisa sobre trabalho e saúde de trabalhadores exigem que resultados de

“Enquetes” devem ser analisados e compreendidos à luz dos processos históricos em que são produzidos. Os resultados produzidos pela “Enquete docente” revelam uma categoria profundamente adoecida, com grande incidência sobre a saúde mental destas professoras e professores. Por outro lado, estes resultados mobilizam a histórica interrogação: o que fazer? E mais: o que tem sido feito? Como professoras e professores, sindicatos e movimentos sociais têm reagido? São questões mobilizadoras e que devem desafiar pesquisadores e militantes.

## **2. Resistências docentes:**

Não é possível concluir este texto sem destacar que professoras e professores da Educação Básica vêm resistindo e que esta resistência vêm identificando nas condições de trabalho e saúde docente aspectos decisivos. Inúmeras iniciativas vêm sendo desenvolvidas e muitos estudos e pesquisas vêm surgindo no interior dos sindicatos docentes. Estas iniciativas se devem, não apenas porque o tema tem sido destacado na sociedade, mas porque é certamente necessário debater a própria saúde das professoras e professores sindicalizados, incluindo as lideranças sindicais.

É importante partir de um ponto: as resistências realizadas por professoras e professores ocorrem de muitas formas e maneiras. Este cenário multifacetado é absolutamente desafiador, sobretudo para aqueles que ainda insistem na construção das lutas coletivas. Um aspecto, porém, ressalta na conjuntura. Se a maioria das professoras e professores se sentem adoecidos e sinalizam que o “mal-estar docente” é algo generalizado nas escolas, é possível afirmar que há um estado de descontentamento que precisa urgentemente ser compreendido pelas forças políticas sociais populares para que estas tenham uma intervenção qualificada. Este movimento teórico-prático é indispensável para a necessária alteração da correlação de forças no interior dos sistemas públicos de ensino, mobilizando não apenas os docentes, mas estudantes e suas famílias.

Há nesta conjuntura, ao menos, duas formas de resistência: a) individual; b) coletiva. É necessário afirmar novamente que a resistência realizada no interior da escola ocorre de múltiplas formas. A tentativa de organizá-las em dois grupos tem por objetivo compreender estas resistências em seus limites e possibilidades, sem desfazer das potências que carregam em seus movimentos. Isto foi considerado na investigação “Trabalho e saúde das professoras e professores da Educação Básica no Rio de Janeiro”, por meio da “Enquete Docente”, realizada em todo estado do Rio de Janeiro: a) 71,3% dos docentes não têm qualquer

participação sindical; b) 61,3% não participa de nenhum movimento social. Considerando o apoio dado pelos sindicatos à pesquisa, considera-se ainda que estes índices podem ser ainda mais desfavoráveis ao processo de sindicalização docente.

A resistência “individual” é fragmentária e limitada à autodefesa dos indivíduos. Muitos professoras e professores, diante do sofrimento e do “mal-estar docente”, resistem a partir de uma série de estratégias, mais ou menos passivas ou ativas. Algumas delas já foram estudadas por um conjunto de pesquisas que investigaram o “absenteísmo” e o “presenteísmo” docente, sobretudo sobre o prisma do “impacto na produção docente”, “perda de desempenho docente”, “professores eficazes”. A reflexão neste texto vai no sentido contrário. Sem romantizar, é necessário compreender como as trabalhadoras e trabalhadores resistem. O “absenteísmo” docente se define pela ausência da professora ou professor no dia de trabalho na escola. No caso do “presenteísmo” docente, esta professora ou professor vai à escola, mas se mantém ausente das atividades docentes. A resistência “individual” não altera a correlação de forças políticas nas disputas travadas socialmente, mas pode ser compreendida como uma sinalização de professoras e professores de que as coisas precisam mudar.

Há também uma resistência coletiva em curso que é organizada em inúmeros movimentos sociais e sindicatos que estão buscando compreender a relação entre trabalho e saúde para intervir na realidade buscando transformá-la. O objetivo aqui não recair numa espécie de “saudementalização da vida” (Costa, 2023, 2024), mas enfrentar as condições e determinações dos processos que vêm adoecendo e matando professoras e professores em todo país. Podemos citar inúmeros exemplos, desde movimentos sociais como o Movimento dos Sem Terra, aos sindicatos. Entre os sindicatos docentes inúmeras iniciativas tem identificado as condições materiais e imateriais que vêm alterando a natureza do trabalho docente nas últimas décadas, tanto na Educação Básica, quanto no Ensino Superior. Estas iniciativas vêm se desdobrando em pesquisas, cursos, produção de materiais e políticas sindicais em diferentes regiões do país.

A resistência coletiva tem a capacidade de articular as forças políticas que podem alterar a correlação de forças no interior das escolas e dos sistemas públicos de ensino. As lutas sociais definem e podem redefinir as condições de vida dos trabalhadores. Todos os direitos trabalhistas foram conquistados pela força política coletiva da classe trabalhadora. A luta de classe exige solidariedade de classe. Sem ela nos distanciamos, nos enfraquecemos e esvaziamos o sentido da luta. Resgatar este sentido e mantê-lo vivo só é possível no coletivo.

A resposta das questões mais profundas dos problemas que enfrentamos nesta conjuntura só poderá ser respondida pela força do coletivo.

### **Considerações finais**

Por fim, o que ressoa é a questão: o que fazer? Buscamos partir da compreensão sobre a saúde (inclusive a “saúde mental”) como questão social, bem como o trabalho. Assim propusemos como propostas imediatas para que remetem à saúde das professoras e professores: 1) Convocação imediata de concursos públicos para profissionais e trabalhadores da educação; 2) Realização imediata da ampliação das redes municipais, sobretudo a oferta de creches públicas, e construção de equipamentos como quadra de esportes, biblioteca, sala de leitura e laboratório de ciências; 3) Reforma imediata das escolas; 4) Suspensão das avaliações externas e outras iniciativas privadas no interior das redes públicas; 5) Reajuste salarial; 6) Implementação imediata dos plano de carreira e formulação de políticas de valorização dos trabalhadores da educação. A construção do trabalho coletivo depende da mobilização de todas e todos professoras e professores!

### **Referências bibliográficas**

COSTA, Pedro Henrique A. Saúde mental e luta: a luta (é) por saúde mental. São Paulo: Usina Editorial, 2024. 123p.

COSTA, Pedro Henrique A. O marxismo e a loucura. São Paulo: Ed. Lavrapalavra, 2023. 285p.

ESTEVE, J. M. O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

GUARANY, Alzira M. B. (Org.). Assédio moral: o que é e como enfrentar. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2019.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

Marx, Karl. Capítulo VI (inédito): manuscritos 1863-1867, O Capital, Livro I / Karl Marx. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

MIRANDA, Kênia. Lutas por educação no Brasil recente: O movimento docente da educação superior. Niterói: Eduff, 2017.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir.; JUNIOR, Nelson S.; DUNKER, Christian. (Org.). Neoliberalismo como modo de gestão do sofrimento psíquico. BH: Ed. Autêntica, 2021. p.17-46.

SAFATLE, Vladimir.; JUNIOR, Nelson S.; DUNKER, Christian. (Org.). Neoliberalismo como modo de gestão do sofrimento psíquico. BH: Ed. Autêntica, 2021. 288p.

SANTOS, Vinícius. A dialética do trabalho imaterial. São Paulo: Lavrapalavra, 2023. 410p.